

Sumário









Capítulo I – Princípios penais e processuais penais

1. Introdução.....	1
2. Conceito de <i>princípio</i>	1
3. Princípios regentes: dignidade da pessoa humana e devido processo legal	1
4. Princípios de direito penal.....	2
4.1 Constitucionais explícitos.....	2
4.1.1 Concernentes à atuação do Estado	2
4.1.1.1 Legalidade (ou reserva legal)	2
4.1.1.2 Anterioridade	2
4.1.1.3 Retroatividade da lei penal benéfica.....	3
4.1.1.4 Humanidade.....	3
4.1.2 Concernentes ao indivíduo.....	3
4.1.2.1 Personalidade ou responsabilidade pessoal	3
4.1.2.2 Individualização da pena	4
4.2. Constitucionais implícitos	5
4.2.1 Concernentes à atuação do Estado	5
4.2.1.1 Intervenção mínima e princípios consequenciais da subsidiariedade, fragmentariedade e ofensividade.....	5
4.2.1.2 Taxatividade.....	5
4.2.1.3 Proporcionalidade	6
4.2.1.4 Vedação da dupla punição pelo mesmo fato	6
4.2.2 Concernente ao indivíduo	7
4.2.2.1 Culpabilidade	7
5. Princípios processuais penais.....	7
5.1 Constitucionais explícitos.....	7
5.1.1 Concernentes ao indivíduo.....	7

5.1.1.1	Princípio da presunção de inocência.....	7
5.1.1.2	Princípio da ampla defesa	8
5.1.1.3	Princípio da plenitude de defesa	8
5.1.2	Concernente à relação processual.....	9
5.1.2.1	Princípio do contraditório	9
5.1.3	Concernentes à atuação do Estado	9
5.1.3.1	Princípio do juiz natural e imparcial e princípio consequencial da iniciativa das partes	9
5.1.3.2	Princípio da publicidade	10
5.1.3.3	Princípio da vedação das provas ilícitas	10
5.1.3.4	Princípio da economia processual e princípios correlatos e consequenciais da duração razoável do processo e da duração razoável da prisão cautelar.....	10
5.1.3.5	Princípios regentes do Tribunal do Júri	11
5.1.3.6	Princípio da legalidade estrita da prisão cautelar.....	12
5.2	Constitucionais implícitos	12
5.2.1	Concernente à relação processual.....	12
5.2.1.1	Princípio do duplo grau de jurisdição	12
5.2.2	Concernentes à atuação do Estado	12
5.2.2.1	Princípio do promotor natural e imparcial.....	12
5.2.2.2	Princípio da obrigatoriedade da ação penal pública e princípio consequencial da indisponibilidade da ação penal	13
5.2.2.3	Princípio da oficialidade	13
5.2.2.4	Princípio da intranscendência.....	14
5.2.2.5	Princípio da vedação do duplo processo pelo mesmo fato	14
5.3	Princípios meramente processuais penais	14
5.3.1	Concernentes à relação processual	14
5.3.1.1	Princípio da busca da verdade real	14
5.3.1.2	Princípio da oralidade e princípios consequenciais da concentração, da imediatidade e da identidade física do juiz.....	15
5.3.1.3	Princípio da indivisibilidade da ação penal privada.....	15
5.3.1.4	Princípio da comunhão da prova.....	16
5.3.2	Concernentes à atuação do Estado	16
5.3.2.1	Princípio do impulso oficial	16
5.3.2.2	Princípio da persuasão racional	16
5.3.2.3	Princípio da colegialidade.....	17

Capítulo II – Inquérito policial

1. Conceito.....	19
------------------	----

2.	Finalidade	19
3.	Fundamento legal	20
4.	Pontos relevantes	20
4.1	Perfil	20
4.2	Prazo de conclusão	21
4.3	Início e término.....	22
4.4	Indiciamento	22
4.5	Individualização do indiciado e identificação criminal.....	23
4.6	Princípio do delegado natural	23
4.7	Arquivamento do inquérito.....	23
4.8	Procedimento investigatório criminal promovido pelo Ministério Público	24
4.9	Denúncia anônima	25
4.10	Diligências obrigatórias da autoridade policial.....	25
4.11	Medidas autorizadas pela Lei 13.344/2016 (tráfico de pessoas)	26
5.	Procedimento esquemático	27
1.º)	Inquérito policial	27
6.	Modelos de peças.....	28
1.º)	Auto de prisão em flagrante.....	29
	2.º) Portaria de instauração de inquérito policial	
3.º)	Termo circunstanciado – Lesão dolosa	33
4.º)	Termo circunstanciado – Porte de drogas para uso próprio.....	35
	5.º) Termo de comparecimento	
6.º)	Auto de apreensão de adolescente infrator na delegacia de polícia	37
7.º)	Requisição de representante do Ministério Público ou juiz para instauração de inquérito policial	39
8.º)	Requerimento do ofendido para instauração de inquérito policial.....	40
	9.º) Procuração <i>ad judicium</i>	
	10) Termo de representação do ofendido para ação pública condicionada	
	11) Nota de culpa em caso de prisão em flagrante	
	12) Termo de qualificação e vida pregressa	
	13) Relatório da autoridade policial	
14)	Representação da autoridade policial pela busca e apreensão.....	41
15)	Representação da autoridade policial pela quebra de sigilo bancário ou fiscal	42
16)	Representação da autoridade policial pela quebra de sigilo de dados telefônicos	43
17)	Representação da autoridade policial pela interceptação telefônica	45
	18) Representação da autoridade policial pela instauração de incidente de insanidade	
19)	Representação da autoridade policial pela apreensão	47

20)	Representação da autoridade policial pela busca.....	48
21)	Representação da autoridade policial pela decretação da medida cautelar de internação provisória.....	50
22)	Decisão judicial de decretação da busca e apreensão.....	52
23)	Decisão judicial de quebra de sigilo bancário ou fiscal.....	53
24)	Decisão judicial de quebra de sigilo de dados telefônicos.....	54
25)	Decisão judicial de autorização para interceptação telefônica.....	56
26)	Decisão judicial de decretação da apreensão.....	57
27)	Decisão judicial de decretação da busca.....	58
28)	Decisão judicial de decretação de medida cautelar alternativa de internação provisória.....	59

Capítulo III – Juiz das garantias

1.	Conceito.....	61
2.	Finalidade.....	61
3.	Fundamento legal.....	62
4.	Pontos relevantes.....	62
4.1	Competência do juiz das garantias.....	62
4.2	Outras regras sobre a atuação do juiz das garantias.....	65

Capítulo IV – Acordo de não persecução penal

1.	Conceito.....	67
2.	Finalidade.....	67
3.	Fundamento legal.....	68
4.	Perfil.....	68
5.	Condições para o acordo.....	68
6.	Vedações ao acordo.....	70
7.	Formalização do acordo.....	70
8.	Retroatividade do benefício.....	71

Capítulo V – Ação penal

1.	Conceito.....	73
2.	Finalidade.....	73
3.	Fundamento legal.....	73
4.	Pontos relevantes.....	74
4.1	Perfil.....	74
4.2	Prazo.....	74
4.3	Início e término.....	76
4.3.1	Execução provisória da pena.....	76
4.3.2	Trânsito em julgado e cumprimento da pena.....	76

4.4	Desistência da ação penal	77
4.5	Conteúdo da denúncia ou queixa	77
5.	Procedimentos esquemáticos.....	78
1.º)	Identificação de modalidade de ação	78
2.º)	Identificação de rito.....	79
3.º)	Comum (ordinário).....	80
4.º)	Sumaríssimo	81
5.º)	Especiais – Crimes de responsabilidade de funcionário público.....	83
6.º)	Especiais – Crimes contra a propriedade imaterial (ação pública)	84
7.º)	Especiais – Crimes contra a propriedade imaterial (ação privada)	85
8.º)	Especiais – Crimes falimentares – Falências anteriores a 09.06.2005	86
9.º)	Especiais – Crimes falimentares – Condutas ocorridas após 09.06.2005.....	87
10)	Especiais – Procedimento previsto na Lei de Drogas – 11.343/2006	88
11)	Especiais – Procedimento para condutas alcançadas pela Lei 11.340/2006 – Violência doméstica.....	89
12)	Especiais – Resumo de teses – Falta de justa causa.....	90
13)	Especiais – Resumo de teses – Nulidade processual.....	91
14)	Termos para identificação do momento enfrentado na persecução penal	93
15)	Princípios constitucionais explícitos do processo penal	94
16)	Princípios constitucionais implícitos do processo penal	96
6.	Modelos de peças.....	99
1.º)	Denúncia.....	100
2.º)	Denúncia genérica	102
3.º)	Queixa-crime.....	104
4.º)	Queixa-crime em ação penal privada subsidiária da pública	107
5.º)	Representação do Ministério Público – Ato infracional	109
6.º)	Parecer pela internação provisória por parte do Ministério Público ..	111
7.º)	Pedido de habilitação como assistente de acusação.....	112
8.º)	Pedido de habilitação como assistente de acusação para o fim de pleitear reparação civil do dano causado pela prática do crime	113
9.º)	Defesa prévia	115
10)	Defesa preliminar – Funcionário público	116
11)	Defesa preliminar – Lei de Drogas (Lei 11.343/2006)	118
12)	Memoriais – Ministério Público	121
13)	Memoriais – Defesa	123
14)	Pedido de explicações.....	127
15)	Audiência de apresentação do menor – art. 184, ECA.....	129

Capítulo VI – Ação civil *ex delicto*









1. Conceito.....	131
2. Finalidade	131
3. Fundamento legal	131
4. Pontos relevantes	131
4.1 Perfil	131
4.2 Excludentes de ilicitude reconhecidas na esfera criminal.....	132
4.3 Sentenças criminais absolutórias e seu reflexo no cível	132
5. Procedimento esquemático.....	133
1.º) Ação civil <i>ex delicto</i>	133
6. Modelos de peças.....	134
1.º) Ação civil <i>ex delicto</i>	135
2.º) Pedido de reparação civil do dano em ação penal	139

Capítulo VII – Jurisdição e competência

1. Conceitos.....	141
1.1 Atributos da jurisdição.....	141
2. Competência absoluta e relativa	142
3. Regras básicas para a fixação da competência	142
4. Procedimentos esquemáticos.....	144
1.º) Estrutura geral do Poder Judiciário (na esfera criminal).....	144
2.º) Jurisdição e competência – Organização da Justiça Estadual.....	145
3.º) Jurisdição e competência – Organização da Justiça Federal.....	146
4.º) Competência originária por prerrogativa de função e matéria.....	147
5.º) Competência da Justiça Federal – Art. 109 da CF	150

Capítulo VIII – Incidentes processuais

1. Conceito.....	151
2. Questões prejudiciais	151
3. Procedimentos incidentes	152
3.1 Exceções.....	152
3.2 Incompatibilidades e impedimentos	152
3.3 Conflitos de competência	152
3.4 Restituição de coisa apreendida	152
3.5 Medidas assecuratórias	152
3.5.1 Alterações da Lei 13.964/2019.....	153
3.6 Incidente de falsidade.....	154
3.6.1 Incidente de ilicitude de prova	154
3.7 Incidente de insanidade mental	154
4. Procedimentos esquemáticos.....	155
1.º) Conflito negativo de competência.....	155



2.º)	Conflito positivo de competência.....	156
3.º)	Quadro-resumo de conflito de competência.....	157
4.º)	Restituição de coisas apreendidas.....	158
5.º)	Incidente de insanidade mental	160
5.	Modelos de peças.....	161
1.º)	Questão prejudicial heterogênea.....	162
2.º)	Questão prejudicial homogênea.....	164
3.º)	Exceção de suspeição.....	165
	4.º) Exceção de impedimento	
	5.º) Exceção de incompetência	167
	6.º) Exceção de litispendência	169
	7.º) Exceção de coisa julgada	
	8.º) Exceção de ilegitimidade de parte	
	9.º) Suscitação de conflito positivo de competência	171
	10) Suscitação de conflito negativo de competência	
	11) Restituição de coisa apreendida	173
	12) Pedido de sequestro	175
	13) Pedido de sequestro de bens e valores lícitos, com base no art. 91, §§ 1.º e 2.º, do Código Penal.....	178
	14) Pedido de especialização de hipoteca legal	180
	15) Pedido de arresto	
	16) Embargos de terceiro em caso de sequestro	183
	17) Embargos de terceiro de alegada boa-fé.....	185
	18) Embargos apresentados pelo réu.....	187
	19) Impugnação ao arresto	
	20) Impugnação à especialização de hipoteca legal	
	21) Pedido de instauração de incidente de falsidade documental.....	189
	22) Pedido de instauração de incidente de ilicitude de prova	190
	23) Pedido de instauração de incidente de insanidade mental pela acusação...	192
	24) Portaria de instauração de incidente de insanidade mental	











Capítulo IX – Provas

1.	Conceito.....	193
2.	Finalidade e objeto	193
3.	Fundamento legal	193
4.	Pontos relevantes	193
4.1	Avaliação da prova.....	193
4.2	Ônus da prova	194
4.3	Produção antecipada de provas.....	194

4.4	Provas ilícitas.....	194
4.4.1	Conceito e classificação.....	194
4.4.2	Prova ilícita por derivação e fonte independente.....	195
4.4.3	Destino da prova ilícita e influência no juiz	195
5.	Espécies de provas	195
5.1	Exame do corpo de delito	195
5.2	Outras perícias	196
5.3	Interrogatório judicial.....	196
5.4	Confissão	197
5.5	Vítima.....	197
5.6	Testemunha	198
5.7	Reconhecimento de pessoas e coisas.....	198
5.8	Acareação.....	199
5.9	Documentos.....	199
5.10	Indícios.....	199
5.11	Busca e apreensão	200








Capítulo X – PRISÃO E LIBERDADE PROVISÓRIA

1.	Conceitos.....	203
2.	Regras gerais para a efetivação da prisão.....	204
3.	Prisão preventiva	205
4.	Prisão em flagrante.....	207
4.1	Audiência de custódia	208
5.	Prisão temporária	209
6.	Prisão decorrente de pronúncia.....	210
7.	Prisão decorrente de sentença condenatória.....	210
8.	Prisão para condução coercitiva.....	210
9.	Medidas cautelares alternativas	211
10.	Prisão domiciliar	212
11.	Regras gerais para a concessão de liberdade provisória.....	212
12.	Procedimentos esquemáticos.....	214
1.º)	Quadro-resumo – Prisões de caráter penal	214
2.º)	Prisões e seus remédios	216
13.	Modelos de peças.....	217
1.º)	Representação da autoridade policial pela decretação da prisão temporária.....	219
2.º)	Representação da autoridade policial pela decretação de medida cautelar alternativa.....	220
 3.º)	Representação da autoridade policial pela decretação da prisão temporária (modelo II)	
 4.º)	Representação da autoridade policial pela decretação da prisão preventiva	
5.º)	Requerimento da acusação para a decretação da prisão preventiva.....	221


6.º)	Requerimento da acusação para a decretação de medida cautelar alternativa	223
7.º)	Decisão judicial de decretação da prisão preventiva	225
8.º)	Decisão judicial de decretação de medida cautelar alternativa	226
9.º)	Requerimento da defesa para a revogação da prisão preventiva.....	228
10)	Requerimento da defesa para a revogação da medida cautelar alternativa	230
11)	Decisão judicial de revogação da prisão preventiva	231
12)	Decisão judicial de revogação da medida cautelar alternativa	232
	13) Requerimento da defesa de revogação da prisão temporária	
	14) Requerimento da acusação para a decretação da prisão temporária	
	15) Decisão judicial de decretação da prisão temporária	233
	16) Decisão judicial de revogação da prisão temporária	
	17) Requerimento para o relaxamento da prisão em flagrante.....	234
	18) Decisão judicial de manutenção da prisão em flagrante e conversão em preventiva.....	236
	19) Decisão judicial de relaxamento da prisão em flagrante	
	20) Requerimento de concessão de liberdade provisória sem fiança, antes do oferecimento da denúncia	237
	21) Requerimento de concessão de liberdade provisória sem fiança, depois do oferecimento da denúncia	239
	22) Requerimento de concessão de liberdade provisória com fiança, antes do oferecimento da denúncia	241
	23) Requerimento de concessão de liberdade provisória com fiança, depois do oferecimento da denúncia	243
	24) Requerimento de aplicação de medida cautelar alternativa em lugar da prisão preventiva.....	245
	25) Decisão judicial de concessão de liberdade provisória sem fiança, antes da denúncia	
	26) Decisão judicial de concessão de liberdade provisória sem fiança, depois da denúncia	
	27) Decisão judicial de concessão de liberdade provisória com fiança, antes da denúncia	
	28) Decisão judicial de concessão de liberdade provisória com fiança, depois da denúncia	
	29) Decisão judicial de decretação da prisão por pronúncia	
	30) Decisão judicial de decretação da prisão por sentença condenatória	
	31) Decisão judicial de decretação de internação provisória de adolescente infrator	247

32)	Decisão de revogação da internação provisória	249
33)	Decisão judicial de revogação da internação provisória por excesso de prazo	251

Capítulo XI – Júri



1.	Conceito.....	253
2.	Princípios constitucionais regentes	253
3.	Procedimento trifásico.....	253
4.	Possibilidades do magistrado ao término da fase de formação da culpa.....	254
5.	Pontos relevantes	254
6.	Fase das diligências.....	255
7.	Julgamento em Plenário.....	255
8.	Procedimentos esquemáticos.....	257
1.º)	1.ª fase – Formação de culpa – <i>Judicium accusationis</i>	257
2.º)	2.ª fase – Preparação do Plenário	258
3.º)	3.ª fase – Juízo de mérito – <i>Judicium causae</i>	259
9.	Modelos de peças.....	260
1.º)	Decisão de pronúncia	261
2.º)	Decisão de impronúncia	264
3.º)	Decisão de desclassificação.....	267
4.º)	Sentença de absolvição sumária	269
5.º)	Pedido de diligências após a pronúncia (acusação).....	272
	6.º) Pedido de diligências após a pronúncia (defesa)	
	7.º) Decisão do juiz de deferimento	
	8.º) Decisão do juiz de indeferimento	
9.º)	Quesitos – Homicídio simples.....	273
	10) Quesitos – Homicídio qualificado	
11)	Quesitos – Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou automutilação	274
12)	Quesitos – Infanticídio	275
13)	Quesitos – Aborto praticado pela gestante	276
14)	Quesitos – Crime conexo	277
15)	Quesitos – Coautoria	279
16)	Quesitos – Participação	280
17)	Quesitos – Legítima defesa e outras teses defensivas.....	281
	18) Sentença absolutória em Plenário	
	19) Sentença condenatória em Plenário	
	20) Pedido de desaforamento	

Capítulo XII – Sentença

1. Conceito.....	283
2. Outras decisões judiciais	283
3. Conteúdo da sentença.....	283
4. Correlação entre imputação e sentença	284
5. Absolvção vinculada	284
6. Fundamentação da sentença	285
7. Modelos de peças.....	285
1.º) Sentença condenatória (roubo em concurso de agentes – penas variadas).....	287
 2.º) Sentença condenatória (receptação qualificada – pena mínima)	
3.º) Sentença absolutória (art. 386, I, CPP).....	296
4.º) Sentença absolutória (art. 386, II, CPP)	299
5.º) Sentença absolutória (art. 386, III, CPP).....	303
6.º) Sentença absolutória (art. 386, IV, CPP)	306
7.º) Sentença absolutória (art. 386, V, CPP).....	308
8.º) Sentença absolutória (art. 386, VI, CPP).....	313
9.º) Sentença absolutória imprópria (art. 386, VI, c/c parágrafo único, III, CPP).....	316
10) Sentença judicial de aplicação da medida socioeducativa de internação	319
11) Sentença para adolescente infrator aplicando medida socioeducativa de semiliberdade	322

Capítulo XIII – Recursos

1. Conceito e efeitos.....	325
2. Pressupostos de admissibilidade	326
3. Recurso em sentido estrito	326
4. Correição parcial	327
5. Agravo em execução	328
6. Apelação	328
7. Embargos de declaração	329
8. Protesto por novo júri	330
9. Carta testemunhável	330
10. Embargos infringentes e de nulidade.....	330
11. Recurso especial.....	331
12. Recurso extraordinário.....	331
13. Agravo de instrumento de decisão denegatória de recurso especial ou extraordinário.....	332
14. Recurso ordinário constitucional.....	332







15. Agravo regimental nos tribunais	333
16. Reclamação.....	333
17. Embargos de divergência.....	334
18. Procedimentos esquemáticos.....	335
1.º) Esquema para identificação do recurso	335
2.º) Recurso em sentido estrito	342
3.º) Correição parcial.....	343
4.º) Agravo em execução.....	344
5.º) Apelação.....	345
6.º) Apelação na Lei 9.099/95	346
7.º) Embargos de declaração de sentença	347
8.º) Embargos de declaração de acórdão.....	348
9.º) Carta testemunhável.....	349
10) Embargos infringentes e de nulidade	350
11) Recurso especial.....	351
12) Recurso extraordinário	352
13) Recurso ordinário constitucional	353
14) Agravo regimental	354
15) Análise do art. 581 do CPP	355
16) Análise do art. 593 do CPP	356
17) Apelação de sentença do Tribunal do Júri	357
19. Modelos de peças.....	358
1.º) Petição de interposição e razões de recurso em sentido estrito em caso de pronúncia.....	359
2.º) Petição de interposição e contrarrazões de recurso em sentido estrito em caso de pronúncia.....	362
3.º) Petição de interposição e razões de apelação em caso de condenação por crime comum	365
4.º) Petição de interposição e contrarrazões de apelação em caso de condenação por crime comum	370
5.º) Petição de interposição e razões de agravo em execução.....	374
 6.º) Petição de interposição e razões de agravo em execução – Detração imprópria	
 7.º) Petição de interposição e razões de agravo em execução – Falta de fundamentação da perda dos dias remidos	
8.º) Petição de interposição e contrarrazões de agravo em execução.....	376
9.º) Petição de interposição e razões de agravo em execução sobre extinção da punibilidade da pena de multa.....	379
10) Petição de interposição e razões de correição parcial.....	382
11) Petição de interposição e contrarrazões de correição parcial.....	385

12)	Embargos de declaração de sentença.....	388
13)	Embargos de declaração com efeito infringente de sentença	390
14)	Embargos de declaração de acórdão.....	392
15)	Embargos de declaração com efeito infringente de acórdão	394
16)	Carta testemunhável e razões	396
17)	Embargos infringentes e de nulidade, no aspecto <i>nulidade</i>	399
18)	Embargos infringentes e de nulidade, no aspecto <i>infringência</i>	402
19)	Petição de interposição e razões de recurso especial	404
20)	Petição de interposição e contrarrazões de recurso especial	408
21)	Petição de interposição e razões de recurso extraordinário	412
22)	Petição de interposição e contrarrazões de recurso extraordinário	418
23)	Interposição de agravo de instrumento de despacho denegatório de recurso especial.....	420
24)	Razões de agravo de despacho denegatório de recurso especial	421
25)	Interposição de contrarrazões de agravo de despacho denegatório de recurso especial	424
26)	Contrarrazões de agravo de despacho denegatório de recurso especial ..	425
27)	Interposição de agravo de despacho denegatório de recurso extraordinário.....	427
28)	Interposição de razões de agravo de despacho denegatório de recurso extraordinário.....	428
29)	Interposição de contrarrazões de agravo de despacho denegatório de recurso extraordinário.....	431
30)	Contrarrazões de agravo de despacho denegatório de recurso extraordinário	432
31)	Petição e razões de agravo regimental contra decisão de relator em tribunal	434
32)	Reclamação	437
33)	Petição de interposição e razões de recurso ordinário constitucional	440
34)	Petição de interposição e contrarrazões em recurso ordinário constitucional	443















Capítulo XIV – Ações de impugnação

1.	Conceitos e visão constitucional.....	447
2.	Particularidades sobre o <i>habeas corpus</i>	447
2.1	Legitimidade ativa e legitimidade passiva	447
2.2	Extensão do <i>habeas corpus</i>	448
2.2.1	Habeas corpus coletivo.....	449
2.3	Processamento e competência	450
2.4	Hipóteses legais de cabimento.....	450




2.5	Conteúdo da petição inicial.....	450
2.6	Espécies de habeas corpus	451
3.	Particularidades sobre o mandado de segurança	451
3.1	Legitimidade ativa e legitimidade passiva	451
3.2	Extensão do mandado de segurança	451
3.3	Processamento e competência	452
3.4	Hipóteses legais de cabimento.....	452
3.5	Conteúdo da petição inicial.....	453
3.6	Espécies de mandado de segurança.....	453
4.	Particularidades sobre a revisão criminal.....	453
4.1	Legitimidade ativa e legitimidade passiva	453
4.2	Extensão da revisão criminal.....	453
4.3	Processamento e competência	454
4.4	Hipóteses legais de cabimento.....	454
4.5	Conteúdo da petição inicial.....	454
5.	Procedimentos esquemáticos.....	455
1.º)	Identificação da autoridade coatora	455
2.º)	Mandado de segurança	456
3.º)	Justificação.....	457
4.º)	Revisão criminal	458
5.º)	<i>Habeas corpus</i>	459
6.º)	Roteiro orientador de pedidos de <i>habeas corpus</i>	460
7.º)	Resumo de teses do HC.....	462
6.	Modelos de peças.....	465
1.º)	<i>Habeas corpus</i> contra decisão judicial determinando a prisão do réu.....	467
 2.º)	<i>Habeas corpus</i> visando ao trancamento da ação penal	
 3.º)	<i>Habeas corpus</i> para impedir o indiciamento de investigado	
 4.º)	<i>Habeas corpus</i> para anular processo penal	
 5.º)	<i>Habeas corpus</i> para a soltura do réu preso por mais tempo do que determina a lei	
 6.º)	<i>Habeas corpus</i> para a soltura de réu quando cessados os motivos determinantes da prisão	
 7.º)	<i>Habeas corpus</i> – Telefone celular em presídio	
8.º)	<i>Habeas corpus</i> contra decisão judicial convertendo flagrante em preventiva, com pedido subsidiário de medida cautelar alternativa	470
9.º)	<i>Habeas corpus</i> contra decisão judicial negando liberdade provisória a acusado por tráfico ilícito de drogas.....	473
10)	<i>Habeas corpus</i> contra a “espera de vaga”, na execução penal, quando deferida a progressão do regime fechado ao semiaberto pelo juiz.....	476
11)	<i>Habeas corpus</i> contra sentença fixando regime mais benéfico do que o vigente em face da prisão cautelar, sem tomar medida em prol do réu....	479



	12) <i>Habeas corpus</i> contra decisão do juiz da execução penal, indeferindo a revisão da fixação do regime fechado inicial para condenado por tráfico ilícito de drogas	482
	13) <i>Habeas corpus</i> contra decretação de prisão preventiva em caso de violência doméstica	485
	14) <i>Habeas corpus</i> contra decisão de recebimento da denúncia, com base no art. 29 da Lei 9.605/98, ofendendo o princípio da taxatividade	
	15) <i>Habeas corpus</i> contra decisão de recebimento da denúncia baseada em crime de bagatela	
	16) <i>Habeas corpus</i> contra decisão de decretação da prisão temporária sem necessidade comprovada	
	17) <i>Habeas corpus</i> contra decisão de decretação da prisão preventiva sem motivação adequada	
	18) <i>Habeas corpus</i> contra decisão de recebimento da denúncia, após acórdão que dera provimento a recurso da acusação para receber a peça acusatória, buscando afastar a nulidade gerada	
	19) <i>Habeas corpus</i> contra decisão denegatória de revogação de prisão preventiva por excesso de prazo na conclusão da instrução	
	20) <i>Habeas corpus</i> contra decisão não fundamentada de indiciamento promovido pelo delegado	488
	21) <i>Habeas corpus</i> contra o indeferimento de pleito de afastamento administrativo da autoridade policial em virtude de suspeição.....	490
	22) <i>Habeas corpus</i> contra internação provisória de adolescente por excesso de prazo	493
	23) <i>Habeas corpus</i> contra internação involuntária promovida por familiares	
	24) <i>Habeas corpus</i> contra decisão judicial determinando a prisão do réu.....	496
	25) Mandado de segurança para impedir a quebra do sigilo bancário	498
	26) Mandado de segurança para impedir a quebra do sigilo fiscal	
	27) Mandado de segurança para ingresso de visita sem revista íntima	
	28) Mandado de segurança para garantir a admissão do assistente de acusação	
	29) Mandado de segurança para liberar bens lícitos do réu, bloqueados com base no art. 91, §§ 1.º e 2.º, do Código Penal.....	500
	30) Revisão criminal contra sentença condenatória que for contrária ao texto expresso de lei penal.....	502
	31) Revisão criminal contra decisão condenatória que for contrária à evidência dos autos	
	32) Revisão criminal contra decisão condenatória que se fundar em prova falsa	
	33) Revisão criminal contra decisão condenatória em face de prova nova demonstrativa da inocência do réu	
	34) Justificação para a revisão criminal	



Capítulo XV – Execução penal

1.	Conceito e natureza jurídica	507
2.	Individualização executória da pena.....	507
3.	Sistema progressivo de cumprimento da pena	508
4.	Livramento condicional.....	509
5.	Remição	509
6.	Indulto	510
7.	Multa e extinção da punibilidade	510
8.	Modelos de peças.....	510
1.º	Pedido de progressão do regime fechado para o semiaberto	512
2.º	Pedido de progressão do regime semiaberto para o aberto	514
3.º	Pedido de progressão de regime – Crime hediondo.....	516
4.º	Pedido de livramento condicional	518
5.º	Pedido de remição por trabalho.....	520
6.º	Pedido de remição por estudo	521
7.º	Pedido de indulto	522
8.º	Pedido de comutação (indulto parcial)	524
9.º	Pedido de incidente de desvio de execução	526
10)	Pedido de conversão de pena em medida de segurança.....	528
11)	Pedido de unificação de penas por crime continuado	530
 12)	Pedido de unificação de penas por concurso formal	
13)	Pedido de extinção da punibilidade da pena de multa sem o pagamento...	532
14)	Pedido de aplicação de lei penal benéfica	534
15)	Pedido de aplicação de nova interpretação de lei penal benéfica, conforme decisão do STF	536
16)	Decisão do juiz – Lei posterior benéfica	538
17)	Pedido de reabilitação	540
18)	Pedido de saída temporária	542
19)	Decisão do juiz deferindo a saída temporária	543
20)	Pedido de visita íntima	544
21)	Decisão do juiz deferindo a visita íntima	546
22)	Decisão de progressão de internação para liberdade assistida	548

Capítulo XVI – Sugestões gerais para a prática forense

1.	Introdução	551
2.	Sugestões aos operadores do Direito.....	551
3.	Sugestões aos advogados e defensores públicos.....	554
4.	Sugestões aos juízes	559
5.	Sugestões aos membros do Ministério Público	561
6.	Sugestões aos delegados de polícia.....	562

Obras do autor	565
-----------------------------	-----